



Plenário deve concluir projeto que limita punição a prefeitos

Pauta inclui emendas à proposta que flexibiliza a Lei de Responsabilidade Fiscal para municípios em caso de redução de recursos por razão externa

Podem ser votadas amanhã as emendas apresentadas ao projeto que evita punição a prefeito que superar o teto de despesa fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal, quando houver redução de recursos por razões externas, como alguma desoneração tributária feita pelo governo federal.

O projeto, cujo texto-base foi aprovado pelo Senado na quarta-feira, faz parte da Agenda Brasil, conjunto de propostas prioritárias do Senado que visam à retomada do desenvolvimento econômico do Brasil.

Também podem ser votadas propostas de emenda à Constituição sobre o pagamento de precatórios. Uma permite financiamento diferenciado em alguns casos; outra cria regime especial de pagamento com prazo máximo de dez anos.

Há ainda outras três propostas de emenda à Constituição, sobre controle interno da União, estados e municípios; limite de cargos comissionados na administração pública; e transferência para a Justiça Federal das causas de acidente de trabalho com interesse da União. **3**



Moneira Moritz/Agência Senado — 6/4/2016

O texto-base do projeto cujas emendas devem ser votadas nesta semana foi aprovado quarta-feira pelo Plenário

Senado pode questionar ministério sobre testes da “pílula do câncer” **3**

Comissão da MP sobre seguro de exportação vota relatório amanhã **2**

Seminário discute incentivos para a produção cultural **3**

Debate avalia situação de trabalhadores da montadora Nissan **4**

Dados sobre despesas são sistematizados



Relatórios mensais das principais despesas do Senado começaram a ser publicados na intranet. Entre os gastos descritos no documento, estão o consumo de papel, energia elétrica, água, combustível, telefone, chapas de impressão e tintas. Também constará o número de dias

de licenças médicas e de ausências de servidores efetivos e comissionados da Casa. As informações já eram coletadas, mas de forma não padronizada. No início do ano, passaram a ser sistematizadas. O objetivo é que a publicação contribua para a redução de gastos. **2**



José Cruz/Agência Senado — 11/12/2012

Gastos com papel em 2012 eram maiores e o consumo deve ser reduzido com novas medidas



Mariana Capello/TV Senado — 7/4/2016

Senadores acompanham obra de barragem em Altamira, após sobrevoarem os sítios da hidrelétrica

Senadores vistoriam obra da Usina de Belo Monte, no Pará

Os procedimentos de instalação da Usina de Belo Monte, em Altamira, no Pará, foram vistoriados por senadores da subcomissão que acompanha as obras e da Comissão de Meio Ambiente. Flexa Ribeiro, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre e Elmano Férrer sobrevoaram, na quinta-feira, os sítios da usina (87%

concluída). Também visitaram as obras da barragem, alojamentos e a casa de máquinas. Constataram que uma das 18 turbinas que compõem a usina já está em funcionamento, gerando energia. Mas ressaltaram que ainda há obrigações do setor ambiental e referentes à questão indígena a serem cumpridas. **4**

Sistematização de informações sobre consumo e sobre ausência de servidores busca aumentar a transparência e contribuir para a redução de gastos. Relatórios mensais são publicados na intranet

Senado padroniza coleta de dados sobre despesas



O SENADO INICIOU a publicação na intranet de relatório mensal sobre as principais despesas da Casa. O documento mostra em números o consumo de papel, energia elétrica, água, combustível, telefone, chapas de impressão e tintas. Também indicará o número

Mais controle

Objetivos dos relatórios:

- Facilitar o acesso aos dados
- Dar transparência à informação
- Contribuir com a administração da Casa na redução de gastos

Gastos a serem monitorados:

- papel
- energia elétrica
- água
- combustível
- telefonia
- chapas de impressão
- tintas

de dias de licenças médicas e a porcentagem de absenteísmo entre os servidores efetivos e comissionados da Casa.

As informações já existiam, mas passaram a ser sistematizadas pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (eGov) no início deste ano. Até então, a coleta das informações não era padronizada. A medida visa facilitar o acesso aos dados, dar transparência à informação e contribuir com a administração da Casa na redução de gastos, segundo o coordenador do eGov, José Henrique Varanda.

— A gente quis padronizar, sistematizar, tornar a coleta desses dados frequente, previsível e com uma metodologia estruturada, para que a informação chegue com mais qualidade — disse Varanda.

Conforme o coordenador, a publicação garantirá que todos possam contribuir ao avaliar as informações e garantir que estejam corretas, “visto que ainda

se trata de processos manuais de conferência e lançamento”.

Os relatórios incluem os dados mensais referentes a 2015 e os dados anuais de 2012, 2013, 2014. Com isso, já é possível verificar que nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 o Senado economizou mais de 20 mil litros de combustível, se comparados ao mesmo período do ano passado.

— O relatório dá um panorama geral. Para saber o que está acontecendo é preciso investigar os dados detalhados, mas a planilha dá um alerta sobre possíveis situações estranhas ou favoráveis — explicou Adriano Torres, do eGov.

No relatório será possível incluir observações sobre alterações bruscas nos dados. É o caso, por exemplo, do mês de dezembro, em que os gastos com os Correios aumentam. Por ocorrerem picos em determinados períodos, as observações são necessárias para explicar de antemão as mudanças, ressaltou Torres.

Comissão da MP sobre exportação vota relatório

O relatório sobre a medida provisória que promove ajustes no Seguro de Crédito à Exportação (SCE) deve ser apresentado amanhã. A reunião da comissão mista que analisa a MP 701/2015 tem início às 14h30. A previsão é de que o parecer do senador Douglas Cintra (PTB-PE) seja votado logo após a apresentação.

A MP consolida o entendimento de que o SCE pode ser utilizado não apenas por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito, mas também por seguradoras e organismos internacionais. Também permite que a União, por meio do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), assumas as despesas de contenciosos judiciais ou extrajudiciais com o objetivo de evitar ou limitar

indenizações do seguro.

O SCE garante operações de crédito à exportação brasileira contra riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação.

A MP, segundo o governo federal, amplia a chance de compartilhamento de risco com outras instituições e contribui para a abertura de novos mercados e o restabelecimento de parcerias comerciais e tecnológicas.



Grãos no Porto de Paranaguá: seguro garante crédito aos exportadores

Foto: Bruno/Governo do Paraná

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Trabalhadores da Nissan

9h Audiência interativa debate direitos dos trabalhadores da empresa automobilística Nissan. Às 15h, outra audiência discute efeitos da renegociação de dívidas estaduais para os servidores públicos.

CCS Seminário

9h O Conselho de Comunicação Social faz o seminário Incentivos para a Produção Cultural. Às 14h, o colegiado avalia resultados da CPI dos Crimes Cibernéticos da Câmara e relatório sobre repetidoras de televisão.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa.

TERÇA

CCT Plano de trabalho

8h45 Discussão sobre o plano de trabalho para avaliação dos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico, política pública que a comissão acompanha neste ano. Depois, análise de projetos.

CMA Construção sustentável

9h30 Projeto sobre práticas de construção sustentável é um dos 15 itens na pauta.

CAE Trabalho a distância

10h A comissão analisa, entre outros, o PLS 195/2012, que obriga uso de sistema antitratamento das rodas nos automóveis, e o PLS 326/2013, sobre o trabalho a distância.

ASSASSINATO DE JOVENS Relatório

10h15 A CPI analisa requerimento para apresentação do relatório final.

MP 707/2015 Dívidas de agricultores

11h Análise de relatório da medida provisória, que renegocia dívidas de agricultores e caminhoneiros.

CE Inovação

11h30 O PLS 246/2015, que inclui a inovação como conteúdo dos currículos do ensino fundamental, é um dos itens da pauta.

QUARTA

MP 700/2015 Desapropriações

14h30 Audiência debate a MP, que trata de desapropriações por utilidade pública.

MP 701/2015 Crédito à exportação

14h30 Análise de relatório da MP, que faz ajustes no Seguro de Crédito à Exportação.

TRANSPARÊNCIA Requerimentos

14h30 A comissão avalia requerimentos para a realização de audiências públicas.

QUINTA

CAS Gordura nos alimentos

9h Na pauta, entre outros, o PLS 106/2011, que fixa limite máximo de gordura saturada e trans e de açúcar nos alimentos.

CDR Saneamento

9h Reunião deliberativa. Depois, lançamento de publicação com análise do Plano Nacional de Saneamento Básico.

CCJ Ministro da Justiça

10h Audiência com Eugênio Aragão sobre ameaça de intervenção na Polícia Federal e no Judiciário no tocante à Operação Lava Jato. Logo depois, reunião deliberativa.

CE Avaliação da educação básica

11h Audiência debate o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS Audiência

14h Audiência pública debate a implantação do Código Florestal.

MP 704/2015 Recursos

14h30 Análise de relatório da MP, que trata de recursos para despesas obrigatórias e pagamento da dívida pública federal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:



<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:



<http://bit.ly/comissoesOnline>

ERRAMOS

Diferentemente do que consta na primeira página de sexta-feira, o projeto que inclui dança, música, teatro e artes visuais no currículo da educação básica já foi aprovado pelo Senado e seguiu para sanção. Na página 8, diferentemente do que diz a reportagem “Vai à sanção projeto que cria Dia de Combate ao Bullying”, o autor do massacre em Realengo se matou na escola depois de ser atingido na perna por um tiro da polícia. A informação de que ele sofria bullying foi dada por ex-colegas de escola.

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, audiência pública da **Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto Souza,

Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Coordenação de Edição: Silvio Burle

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Revisão de punição a prefeito deve ser concluída

Emendas à proposta que flexibiliza Lei de Responsabilidade Fiscal, já aprovada em Plenário, estão na pauta desta semana. Projetos sobre precatórios também devem ser analisados

AGENDA BRASIL

A PAUTA DO Plenário nesta semana começa com a votação das emendas à proposta que evita punição de prefeitos com base na Lei de Responsabilidade Fiscal em casos de redução de recursos por razões externas. O texto-base do projeto (PLS 316/2015) foi aprovado na quarta-feira.

Do senador Otto Alencar (PSD-BA), a proposta tem como relator o senador Blairo Maggi (PR-MT) e faz parte da Agenda Brasil — pauta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico. Apesar do apoio da ampla maioria no Plenário, os senadores Reguffe (sem partido-DF) e Cristovam Buarque (PPS-DF) demonstraram preocupação com a flexibilização da LRF.

Já o autor argumentou que os prefeitos acabam sendo punidos por ações de desoneração do governo federal. O senador Walter Pinheiro (sem partido-BA) apoiou o projeto.

— Quando cai a coleta de impostos como o IPI, o município tem queda de arrecadação. A renúncia é do governo federal. Municípios são penalizados,

quando na realidade não é de competência desses gestores a responsabilidade com a frustração de expectativa de receitas — disse Pinheiro.

Precatórios

Dos 11 itens da pauta, 5 são de propostas de emenda à Constituição (PECs). Duas delas tratam de precatórios, que são requisições expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União

o pagamento de dívidas após condenação judicial definitiva. A PEC 159/2015 permite um financiamento especial dos precatórios em alguns casos. Já a 152/2015, de José Serra (PSDB-SP), cria um regime especial de pagamento com prazo máximo de dez anos. Na quinta-feira foi aprovado um calendário especial para a votação das duas PECs.

A PEC 45/2009, primeiro item da ordem do dia, dá

respaldo constitucional a atividades de controle interno da União, estados e municípios. Já a PEC 110/2015 está pronta para votação em primeiro turno. De Aécio Neves (PSDB-MG), o texto limita o número de cargos comissionados na administração pública. E a PEC 127/2015, do senador José Pimentel (PT-CE), deve cumprir sua última sessão de discussão do primeiro turno. Assim, também estará pronta

para votação. A proposta transfere, da Justiça estadual para a Justiça Federal, a competência das causas decorrentes de acidente de trabalho das quais a União for parte interessada.

Também constam da pauta dois projetos que tratam da criação de varas e cargos da Justiça Federal no Rio Grande do Sul (PLC 114/2015 e PLC 117/2015). As novas varas serão criadas nos municípios de Gravataí e Ijuí.



Senadores aprovaram na quarta-feira o texto-base que evita punição a prefeitos no caso de redução de recursos por razões externas, como desoneração federal

Comissão quer informações sobre testes de remédio contra câncer

Informações sobre investimentos públicos para testar a segurança e a eficácia da fosfoetanolamina sintética no tratamento do câncer devem ser solicitadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Requerimento de Lasier Martins (PDT-RS) com esse objetivo está na pauta de amanhã da CCT. Segundo Lasier, a questão foi levada à comissão pelo defensor público federal Daniel de Macedo Alves Pereira, que também já enviou ofício ao ministério

questionando os resultados de testes científicos com a substância. Dos R\$ 10 milhões liberados pelo ministério para essa avaliação, R\$ 2 milhões já teriam sido utilizados.

“Todavia, Daniel de Macedo afirma que há sérias dúvidas a respeito da metodologia utilizada nesses exames patrocinados pelo ministério. Isso teria produzido resultados incorretos em termos de análise clínica dos efeitos da fosfoetanolamina”, observou Lasier, presidente da comissão, justificando o requerimento.

Também amanhã, a CCT vai apresentar o plano de trabalho para a política pública

escolhida para análise em 2016: fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico.

A proposta de avaliação dos dois fundos do setor — o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) — foi apresentada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Apesar de esses fundos arrecadarem, respectivamente, cerca de R\$ 4,5 bilhões e R\$ 600 milhões por ano, Aloysio argumenta que parte expressiva desses recursos não vem

sendo aplicada.

“Essa situação nos causa grande preocupação, pois pode comprometer severamente o desenvolvimento do Brasil, deixando nosso país ainda mais distante das fronteiras científica e tecnológica, que avançam cada vez mais rapidamente. Por essas razões, entendemos que a avaliação dessa política pública é crucial para o avanço do país”, avaliou Aloysio na justificativa da proposta.

Após a apresentação, a CCT analisa uma pauta de 26 itens, incluindo o requerimento de informações sobre a fosfoetanolamina.

Advocacia do Senado reforça ação de Gleisi

A Advocacia do Senado Federal ingressou na quinta-feira como *amicus curiae* (“amigo da corte”) nos autos da reclamação que a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) fez perante o Supremo Tribunal Federal (STF) em relação a indiciamento da Polícia Federal.

O instituto do *amicus curiae* visa qualificar o processo de aplicação e interpretação do direito, permitindo que pessoas ou entidades direta ou indiretamente atingidas por uma decisão possam apresentar à corte julgadora argumentos e elementos jurídicos e extra-jurídicos para subsidiar o processo de decisão.

De acordo com a assessoria de comunicação de Gleisi, o Senado, ao requisitar o ingresso como “amigo da corte” na Reclamação 23.585/STF, “adota postura de defesa das garantias constitucionais de seus integrantes, para assegurar exercício independente do mandato de cada um dos senadores e autonomia entre os Poderes constituídos”.

Conselho de Comunicação faz seminário sobre incentivo à cultura

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) promove duas reuniões hoje. Na primeira, a partir das 9h, haverá o seminário Incentivos para a Produção Cultural. Às 14h, a segunda reunião tem três itens na pauta, começando pelo debate sobre os resultados da CPI dos Crimes Cibernéticos da Câmara dos Deputados.

O seminário sobre incenti-

vos culturais tem como convidados o diretor de Mecanismo de Incentivo do Ministério da Cultura, Leonardo Fernandes, o secretário de Educação do Tribunal de Contas da União (TCU), Ismar Barbosa Cruz, o diretor comercial da Maurício de Sousa Produções, Rodrigo de Medeiros Paiva, e o vice-presidente do Sindicato da Indústria do Audiovisual, Leonardo Edde. O encontro

será na sala 3 da Ala Alexandre Costa do Senado.

À tarde, na mesma sala, os integrantes do Conselho de Comunicação Social debaterão os resultados da CPI na Câmara com os deputados Esperidião Amim (PP-SC), Mariana Carvalho (PSDB-RO), Sandro Alex (PSD-PR) e Rafael Motta (PSB-RN).

O segundo item da reunião é a discussão do relatório sobre

repetidoras de televisão, dos conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Liliana Nakochnyj e Nascimento Silva.

Em seguida, haverá apresentação da conclusão e encaminhamentos sobre o seminário Restrições em Publicidade e Propaganda, que foi realizado em 7 de março.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Senadores visitam obras da Usina de Belo Monte

Com 87% das obras concluídas, Belo Monte já possui uma turbina em funcionamento. Senadores estão preocupados com o não cumprimento das obrigações ambientais e com os povos indígenas

OS SENADORES FLEXA Ribeiro (PSDB-PA), Paulo Rocha (PT-PA), Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Elmano Férrer (PTB-PI) estiveram em Altamira (PA) para vistoriar os procedimentos de instalação da Usina de Belo Monte. Os integrantes da Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobrevoaram, na quinta-feira, todos os sítios da usina e fizeram visitas nas obras da barragem, nos alojamentos e na casa de máquinas.

— Tivemos oportunidade de ter uma visão da magnitude da obra de Belo Monte. Uma das 18 turbinas que compõem a usina na sua totalidade já está em funcionamento, gerando energia — explicou Flexa.

De acordo com o senador, o que mais preocupa a comitiva não é a questão da geração de

energia, mas sim da execução das chamadas condicionantes. Em 23 de novembro do ano passado, o Ibama concedeu licença de operação à Norte Energia para que o consórcio possa iniciar o enchimento do lago da usina. Apesar da liberação, a avaliação do órgão indica que 12 obrigações do setor ambiental não haviam sido cumpridas. Outras 14 condicionantes referentes à questão indígena também estão pendentes.

Flexa Ribeiro, que preside a subcomissão, explicou que os senadores participaram também de uma audiência pública com os Ministérios Públicos Federal e estadual, com a prefeitura dos municípios impactados pela obra, além de trabalhadores, ONGs e empresários envolvidos na construção. O objetivo, segundo ele, foi coletar informações sobre quais condicionantes já

estão prontas, quais estão em andamento e quais ainda não foram iniciadas.

— Depois da audiência, nós encerramos nossa diligência com visitas in loco a essas condicionantes para verificarmos e tomarmos as providências. A subcomissão fará um relatório que será encaminhado à Norte Energia, com previsão de quando essas condicionantes estarão prontas — disse.

Orçada em cerca de R\$ 26 bilhões, Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo em potência, atrás da chinesa Três Gargantas e da usina binacional de Itaipu, instalada entre o Brasil e o Paraguai. Em construção pela Norte Energia — empresa responsável pela usina, que tem como sócios o Grupo Eletrobras, a Cemig, a Vale e a Neoenergia, entre outros —, Belo Monte está com 87% das obras concluídas.



Elmano Férrer, David Alcolumbre, Flexa Ribeiro e Paulo Rocha, em Altamira, durante diligência para vistoriar as obras

Audiência discute denúncia contra a Nissan nos EUA

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz hoje, às 9h, audiência pública para debater a situação de conflito entre trabalhadores e a empresa automobilística Nissan.

A audiência foi motivada por denúncia feita pela United Auto Workers (entidade sindical americana do setor automobilístico), segundo a qual a montadora japonesa possui em uma fábrica localizada no estado do Mississippi, nos Estados Unidos, cerca de 6 mil trabalhadores, sendo metade deles terceirizados e temporários. No entanto, esses empregados trabalham

exclusivamente para a empresa há vários anos e recebem salários menores do que os contratados diretamente, já que não há acordo coletivo.

Em fevereiro, representantes de entidades sindicais fizeram um ato em frente à sede do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 para denunciar práticas antissindicais utilizadas pela montadora de carros. A empresa é a principal patrocinadora da competição.

Foram convidados para a audiência o diretor da United Auto Workers (UAW), Raymond Curry, a trabalhadora da Nissan norte-americana Betty Jones, o presidente da CNTM/

Força Sindical, Miguel Torres, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, e a coordenadora da UAW, Sanchioni Butler.

Também participam o presidente do Sindicato da Nissan em Resende (RJ), Silvio Campos, o líder comunitário do Mississippi Frank Figgers, o vice-presidente da CNM/CUT, Edson da Silva e o diretor do Comitê Organizador da Rio 2016, além de um representante da Nissan Brasil.

(Com informações da Agência Brasil)

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Cristovam pede debate mais profundo sobre o impeachment

Cristovam Buarque (PPS-DF) afirmou, na sexta-feira, que nunca os brasileiros falaram tanto sobre um assunto como o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Mas, para ele, o que está havendo é torcida e não um debate aprofundado sobre o tema e suas consequências.

— O tema está polarizado, de modo que não é possível convencer as pessoas, mas convertê-las. O problema é



que política não se faz com conversão, mas com convicção. Estamos torcendo e não debatendo com a profundidade que deveríamos.

O senador informou que está analisando a questão para tomar uma posição se o pedido chegar ao Senado. Para ele, o impeachment é um instrumento legítimo e constitucional, mas fazer diferente do que a Constituição diz sobre o assunto é golpe.

Vanessa apoia demissão de procurador que investigava Lula

A decisão do Conselho Nacional do Ministério Público de determinar a demissão do procurador da República Douglas Kirchner, que investigava o ex-presidente Lula por suposto tráfico de influência envolvendo o BNDES, foi elogiada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Acusado de ter mantido sua ex-mulher em cárcere privado, sob constantes humilhações e agressões, em 2014, quando



frequentava igreja evangélica, o procurador foi condenado por unanimidade pela prática de “incontinência pública e escandalosa”.

Vanessa relatou em Plenário, na sexta-feira, que Kirchner vazava para a imprensa informações que corriam em segredo de Justiça contra Lula. Destacou que a advogada dele é Janaína Paschoal, um dos três autores do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Combate à corrupção deve ser permanente, sugere Telmário

Telmário Mota (PDT-RR) sugeriu que a Operação Lava Jato seja transformada em ação permanente do Poder Judiciário contra a corrupção. Ele também pediu à população que mantenha a mobilização pelo combate a políticos corruptos.

— A revolta que presenciamos nas manifestações é fruto da indignação popular com a impunidade dos poderosos. O acesso à comunicação pro-



duz essa revolução social, mas é preciso ter cuidado com as mentiras que são disseminadas, para proteger corruptos que são coronéis da própria mídia.

Na opinião dele, após o fim da Operação Lava Jato, é necessário manter o combate à “união entre empresários de má índole e políticos mafiosos”.

— É um processo contínuo — disse.

Lindbergh protesta contra morte de trabalhadores rurais

Lindbergh Farias (PT-RJ) protestou, em Plenário, contra a morte de dois trabalhadores rurais sem-terra numa ação da Polícia Militar em Quedas do Iguaçu (PR). Os trabalhadores estão acampados desde 2014 em terras da empresa Araupel. A ação deixou ainda nove feridos.

Segundo ele, a gestão do governador Beto Richa tem se notabilizado pelo uso da violência policial. Em relação



a conflitos no campo, Lindbergh disse que houve uma tentativa de diálogo do governo com os movimentos, rompida depois dos conflitos.

Ele afirmou temer que essa seja a tônica do país caso seja aprovado o impeachment. Para ele, o Programa Uma Ponte para o Futuro, da gestão de Michel Temer, levará a profundos cortes e retrocessos em políticas sociais e trabalhistas.